

A ENFERMAGEM EM PORTUGAL NOS ANOS 50

Célia Lourenço, Margarida Cerveira,
Sónia Silva, Teresa Jesus

Portugal

Os anos 50 são anos aparentemente calmos no plano económico-social, mas são anos que escondem modificações importantes nestes campos.

Portugal é ainda um país rural, mas o eminente desenvolvimento da indústria faz com que o povo migre para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Há, então, um franco crescimento da classe operária e a diminuição do número de trabalhadores rurais.

Portugal apresenta nos fim dos anos 50 os primeiros sinais de mudanças profundas que vão ser decisivas para Portugal na década seguinte, nomeadamente: crescimento da classe operária, desenvolvimento urbano, alargamento das classes médias, fortalecimento industrial e financeiro e decréscimo da agricultura latifundiária

A nível internacional o governo português, liderado por António de Oliveira Salazar, é pressionado, sobretudo pela Organização das Nações Unidas, para proceder à descolonização. Salazar tenta iludir a comunidade internacional tomando providências jurídicas; na alteração à Constituição em Dezembro de 1951 as Colónias são transformadas em Províncias Ultramarinas e em Dezembro de 1953 é substituída a Carta Orgânica do Império Colonial Português pela Lei Orgânica do Ultramar Português. Estas mudanças tinham como objectivo dar lugar a uma concepção formal assente numa perspectiva de integra-

ção e assimilação dos territórios de Portugal na Ásia e na África. Contudo não tiveram o efeito esperado tendo-se mantido a pressão ao governo português. Esta pressão conduziu ao desencadear da Guerra Colonial que teve início já nos anos 60, nomeadamente a 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda, capital de Angola.

Em 14 de Dezembro de 1955 Portugal é admitido na Organização das Nações Unidas.

A ENFERMAGEM EM PORTUGAL

O INÍCIO DOS ANOS 50 DEMARCA UMA TOMADA DE POSIÇÃO DO GRUPO SÓCIO-PROFISSIONAL A NÍVEL NACIONAL

Em 1950 o deputado José Pinto Menezes, em discurso na Assembleia da República, referiu-se à enfermagem como “uma espécie de sacerdócio, de dedicação e sacrifício pela vida e saúde alheias”.

O casamento de enfermeiras era proibido por lei, mas tal como afirmou em 1951 José Guilherme de Melo e Castro, também



ele deputado, os médicos discordavam dessa proibição assim como a igreja reprovava o celibato das enfermeiras hospitalares.

A reforma do ensino da enfermagem inicia-se em 1952 com a entrada em vigor dos decretos-lei nº38.884 e 38.885 de 28 de Agosto.

O decreto-lei nº 38.884 refere a enfermagem como "...uma profissão essencialmente vocacional (...) nas suas linhas gerais, nada a dever ou a emendar, hoje como ontem considera-se fundamental melhorar a preparação técnica dos enfermeiros e elevar o nível social e profissional".

A publicação destes decretos contribuiu para finalmente se disciplinar e organizar o ensino da enfermagem nas escolas oficiais. A intervenção do Estado é reforçada a partir da selecção dos candidatos e prolonga-se pelas outras fases. As escolas mantêm-se na dependência dos hospitais, embora passe a ser legalmente inscrita a autonomia técnica e administrativa. A heterogeneidade de planos de estudo está presente, apesar do plano único nacional. Esta reforma é considerada a primeira ruptura que há-de conduzir á verdadeira reforma do ensino de enfermagem.

A partir desta reforma passa a existir três cursos distintos:

- Curso Geral (habilitações mínimas: 1º ciclo liceal; duração: três anos)
- Curso de Auxiliares (habilitações mínimas: instrução primária; duração: um ano mais seis meses de estágio)
- Curso Complementar (habilitações mínimas: 2ª ciclo liceal, Curso de Enfermagem Geral e prática profissional; duração: um ano)

A partir de 1952 o ensino passa a ser ministrado apenas em Escolas de Enfermagem públicas ou particulares com autonomia técnica e administrativa. As escolas particulares estão integradas em institutos religiosos ou nas misericórdias.

O plano de estudos é constituído por aulas teóricas, práticas e estágios de frequência obrigatória e no final do curso era efectuado um Exame de Estado numa das escolas oficiais. São condições para admissão as habilitações mínimas exigidas para cada curso para além da idade mínima de 18 anos, ter "robustez física" e "comportamento moral irrepreensível".

O Curso Complementar de Enfermagem foi criado especificamente para melhorar a formação dos monitores.

NUNES citando NOGUEIRA (1990) afirma que a reforma de 1952 foi, no entanto limitada pela persistência/agravamento de deficiências que já vinham detrás, nomeadamente:

- Indefinição dos objectivos de ensino/aprendizagem;
- Natureza meramente selectiva dos exames;
- Carência de monitores em quantidade e qualidade;
- Aproveitamento oportunístico pelos hospitais do trabalho dos estagiários, com grave prejuízo para a sua formação;
- Enfoque hospitalocêntrico e tutela médico-hospitalar da enfermagem.

Em 1953 abre ao público o Hospital de Santa Maria em Lisboa e com a reforma de 1952 torna-se necessário ter diploma para exercer enfermagem. É igualmente neste ano que decorre a 1ª Reunião Nacional dos Profissionais de Enfermagem.

No ano de 1954 dois acontecimentos importantes ligaram Portugal aos movimentos internacionais na área da enfermagem. Um deles foi a participação de Portugal na Reunião Internacional de Enfermagem efectuada na Turquia ;e o outro foi a nomeação de Fernanda Alves Dinis, directora da Escola Técnica de Enfermeiras, como Enfermeira Consultora Regional da Organização Mundial de Saúde para a Europa. Em Portugal efectua-se a 2ª Reunião Nacional dos Profissionais de

Enfermagem subordinada ao tema "A Enfermeira Militante da Saúde". É nesta reunião que é retomada a proposta para a fundação de uma Comissão Nacional de

ensino, e aponta a necessidade de formar enfermeiras não só para a enfermagem curativa mas também preventiva (Saúde Pública).



Foto: <http://jornalpraceta.no.sapo.pt/53santamaria2.htm>

Enfermagem em que é proposto o dia 8 de Março como Dia Português de Enfermagem.

Ainda no ano de 1954 é criada a Escola de Enfermagem Dr. Assis Vaz, no Porto, que passou mais tarde a ser designada por Escola de Enfermagem do Hospital de S. João e a nível nacional ocorre uma revisão dos planos de estudo do ensino básico.

No ano de 1955 Marie da Cruz Repenicao Dias, Superintendente de Enfermagem dos Hospitais Cíveis de Lisboa respondeu a um inquérito da Revista de Enfermagem tendo referido que "a lei contra o casamento das enfermeiras deve acabar por inoportuna e contrária á moral". Falou igualmente dos problemas que afectam a enfermagem hospitalar, entre eles as condições de trabalho, as condições de vida, e a remuneração das enfermeiras.

Foi constituída a Comissão Coordenadora de Enfermagem, que funcionava junto à Inspeção de Assistência Social (Ministério do Interior) e que foi presidida pela enfermeira Maria da Graça Simeão. O primeiro relatório de que se tem conhecimento desta comissão caracteriza a situação da enfermagem no exercício e no

Em 1956 é criada a Escola Oficial de Enfermagem do Hospital de Santa Maria denominada a partir de 1957 como Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian.

Em 1957 é feito um relatório que aponta como medidas a tomar melhores vencimentos, melhores horários, licenças, assistência na doença, invalidez e velhice, promoções, transferências, aperfeiçoamento profissional, casamento" (...) tudo quanto possa aproximar a vida difícil da enfermeira da vida normal da mulher portuguesa".

O Ministério da Saúde é criado em 1958 e inicia-se aqui uma nova fase de organização da saúde em Portugal. O ensino da enfermagem passa a estar sob a tutela do Ministério da Saúde.

No fim dos anos 50 a enfermeira é considerada como "capital técnico" e pode-se considerar que o pouco reconhecimento da profissão assim como a baixa remuneração contribuíram para a falta de enfermeiras.

Foi igualmente nesta década que se desenvolveram três importantes projectos na área da saúde pública. Em 1951 foi criada a Fundação Nossa Senhora do Bom

Sucesso, pela enfermeira Louise da Cunha Teles, que dava resposta a problemas materno-infantis; em 1952 surge o Centro de Saúde D. Sofia Abecassis que presta assistência materno-infantil e faz a inclusão da Saúde Mental e Infantil nos seus programas e em 1958 termina a experiência modelo do Centro de Saúde de Lisboa, o 1º de Portugal. O Centro de Saúde de Lisboa foi um projecto do Professor João Maria Loureiro que contava com o apoio das enfermeiras Maria Monjardine e Maria Morais na dinamização da visitação domiciliária.

Foi nesta década que se tentou compreender o que se passava na enfermagem em Portugal e tentar introduzir mudanças.

A PESSOA COMO SER BIO-PSICO-SOCIO-CULTURO- ESPIRITUAL

Foi nos Estados Unidos da América, em plenos anos 50 que se iniciou a orientação de enfermagem para a pessoa. A população apresentava carências de várias ordens devido à crise financeira pós 2ª Guerra Mundial.



Houve nesta década um notável desenvolvimento das ciências sociais e humanas. Adler contribuiu com os seus conhecimen-

tos de psicologia individual, Rogers com a terapia centrada no cliente e Maslow com a teoria sobre a motivação.

Todas estas teorias se orientavam para "um reconhecimento da importância do ser humano no seio da sociedade". É neste contexto que surge a expressão da " *pessoa como ser bio-psico-socio-culturo-espiritual*". Os cuidados de enfermagem tinham como objectivo a manutenção da saúde das pessoas em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMENDOEIRA, José - Uma Biografia Partilhada da Enfermagem – A segunda metade do século XX. Coimbra: Formasau, 2006. ISBN 972-8485-67-0
- CARVALHO, Maria Manuela – A enfermagem e o humanismo. Loures: Lusociência, 1996. ISBN 972-8383-00-2
- NUNES, Lucília – Um olhar sobre o ombro: enfermagem em Portugal (1881-1998). Loures: Lusociência, 2003. ISBN 972-8383-30-4
- REIS, António et al – Portugal contemporâneo. Lisboa: Publicações Alfa, 1996. Vol.2. ISBN 972-609-159-4
- SARAIVA, José Hermano et al – A segunda república – de António Salazar ao Marcelismo. In História de Portugal . Matosinhos: Quidnovi, 2004. vol. IX. ISBN 989-554-115-5